

ROGÉRIO SILVA

Política e Fé

o abuso
do poder
religioso
eleitoral
no Brasil

Prefácio:
FILOMENO MORAES



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2022 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2022 by Rogério da Silva e Souza.



DIALÉTICA
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores-chefes

Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Kariny Martins

Controle de Qualidade

Marina Itano

Capa

Lucio de Godoy

Diagramação

Lucio de Godoy

Preparação de Texto

Lucas Ben
Suzana Itano

Revisão

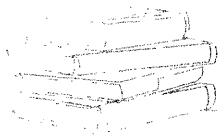
Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Letícia Machado
Ludmila Vieira
Larissa Teixeira

Estagiária

Laís Silva Cordeiro



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729p Souza, Rogério da Silva e.
Política e Fé : o abuso do poder religioso eleitoral no Brasil / Rogério da
Silva e Souza. – São Paulo : Editora Dialética, 2022.
332 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-2524-1

1. Abuso do Poder Religioso. 2. Eleições. 3. Ideologias. I. Título.

CDD 324.6
CDU 324

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 17

1 A LEGITIMAÇÃO E A POLÍTICA DE FÉ | 31

- 1.1 A QUESTÃO DO ABSENTEÍSMO CONSTITUCIONAL DO ESTADO | 35
 - 1.1.1 AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E RELIGIÃO | 36
- 1.2 O ABSOLUTISMO MONÁRQUICO CATÓLICO EM TRANSIÇÃO EM *TERRA BRASILIS* | 45
 - 1.2.1 PADRE VIEIRA: OS GENTIOS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO EUROCENTRISTA E O SIONISMO-CRISTÃO SETECENTISTA | 46
 - 1.2.2 A CONFESSIONALIDADE RESTRITA NA CONSTITUIÇÃO DE 1824 | 53
- 1.3 O ABSENTEÍSMO ESTATAL E A LIBERDADE CONFESSIONAL COMO PROMESSA REPUBLICANA | 61
 - 1.3.1 MINIDEMOCRACIA: A CONVERGÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA | 66
 - 1.3.2 O PRIMEIRO PERÍODO DE EXCEÇÃO: O ESTADO NOVO E O SILÊNCIO DA IGREJA | 69
 - 1.3.3 A CONJUNTURA DEMOCRÁTICA DE 1946 E A INTERVENÇÃO DE 1964: DENTRE PERSPECTIVAS CONFESSIONAIS E O OSTRACISMO DA FÉ PLURALISTA | 71
- 1.4 A SECULARIZAÇÃO DA FÉ E O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE RELIGIOSA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 | 78

2 A FÉ E A SECULARIZAÇÃO NA ALTERIDADE CONSTITUCIONAL | 93

2.1 A CRISE DO *HOMO JURIDICUS* NA CONDIÇÃO PÓS-MODERNA | 95

2.2 UM HIATO ENTRE A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE | 98

2.2.1 FALÊNCIA ÉTICA – NIILISMO MORAL? | 103

2.2.2. DO INDIVIDUALISMO À SUBJETIVAÇÃO DO
CONSTITUCIONALISMO REFLEXIVO | 107

2.2.3 O ESTADO DA TÉCNICA E A TECNODEMOCRACIA | 113

2.2.4 UMA ERA GLOBALIZADA | 117

2.3 ALTERIDADE CONSTITUCIONAL: UMA REVIRAVOLTA ATITUDINAL | 124

2.3.1 A QUESTÃO DA ALTERIDADE CONSTITUCIONAL | 127

2.3.2 A ALTERIDADE RESPONSÁVEL | 134

2.3.3 O ABSENTEÍSMO MORALMENTE REFLEXIVO | 136

2.3.4 DESTINAÇÃO E TÉCNICA DA ALTERIDADE
CONSTITUCIONAL | 140

2.4 SECULARIZAÇÃO E FÉ – ABUSO E ALTERIDADE CONSTITUCIONAL | 145

2.4.1 O COMPLEXO DOS PROFISSIONAIS DO DEPARTAMENTO
DE PESSOAL | 147

2.4.2 UM SUGESTIVO CASO DE ABUSO DA FÉ NA
SECULARIZAÇÃO PÓS-MODERNA | 155

2.4.1.1 Da incidência de conflitos religiosos sob a dimensão
dos direitos fundamentais perante terceiros | 157

2.4.1.2 Da alteridade constitucional à luz do abuso de
poder religioso no espaço público | 161

3 DO ABUSO DE PODER RELIGIOSO NO PROCESSO ELEITORAL | 167

**3.1 PERCEÇÃO DO DISSIMULADO ABUSO DE PODER RELIGIOSO NA
ESFERA PÚBLICA | 174**

3.2 O QUE É ABUSO DO PODER RELIGIOSO ELEITORAL? | 184

3.2.1 O ABUSO DO PODER RELIGIOSO ELEITORAL E A
INFLUÊNCIA POLÍTICO-ECONÔMICA | 187

3.3 O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL COMO CORTE DE PRECEDENTES DO ABUSO DO PODER RELIGIOSO NO PROCESSO ELEITORAL | 197

3.3.1 A SUPERAÇÃO DO OBITER DICTUM E O PRECEDENTE DO TSE | 203

3.4 A LIBERDADE CONFESSIONAL E O LIBERALISMO POLÍTICO | 214

3.4.1 O PROBLEMA DA SUJEIÇÃO ELEITORAL RELIGIOSA | 217

4 CONFESSIONALIDADE NAS ELEIÇÕES E ALTERIDADE CONSTITUCIONAL PARA O FUTURO | 223

4.1 A PROBLEMÁTICA DA ALTERIDADE CONSTITUCIONAL EM FACE DA MANUTENÇÃO DE INTERESSES DISSIMULADOS PELA FÉ | 226

4.1.1 O QUE A ALTERIDADE CONSTITUCIONAL DEVE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO À FÉ | 230

4.1.2 O PARADOXO DE JUDAS: O DOMÍNIO DA INSTITUIÇÃO CONFESSIONAL SOBRE A POLÍTICA | 235

4.1.3 LIMITES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO RELIGIOSA EM FACE DA TOLERÂNCIA SECULARIZADA | 240

4.2 CONDIÇÕES MÍNIMAS DE LEGITIMAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO DE CONFESSIONAIS NO ESPAÇO PÚBLICO | 251

4.2.1 UMA DEMOCRACIA SUSTENTÁVEL PARA A CONFESSIONALIDADE DO BEM | 255

4.2.2 A REGULAÇÃO ESTATAL DA IGREJA | 258

4.2.3 NOVAS REFORMAS POLÍTICAS PARA A LEGITIMAÇÃO LEGAL DOS DIREITOS DA FÉ NA POLÍTICA | 262

4.2.3.1 Partidos e campanhas eleitorais religiosas. | 263

4.2.3.2 Frentes Parlamentares confessionais: (im) possibilidade de consenso | 269

4.3 CONSTITUCIONALISMO DE ALTERIDADE E LEGITIMAÇÃO DO PODER RELIGIOSO NO PROCESSO ELEITORAL | 271

CONCLUSÃO | 285

REFERÊNCIAS | 303